

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Secretaria Nacional de Economia Solidária

Departamento de Fomento à Economia Solidária

Esplanada dos Ministérios, bloco F, sala 347

70.059-900 - Brasília – DF - Brasil - Tel.: 61-317-6882 - senaes@mte.gov.br - projetos.senaes@mte.gov.br

CENTROS PÚBLICOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA¹

TERMO DE REFERÊNCIA

I – Introdução

O Programa *Economia Solidária em Desenvolvimento*, elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, para o Plano Plurianual 2004/2007 do Governo Federal, tem como grande desafio, promover o fortalecimento da economia solidária no Brasil, bem como, a partir desse fortalecimento, contribuir com o objetivo maior do governo Lula, que é a geração de trabalho e renda para milhões de brasileiros. Para alcançar esses objetivos o Programa traz um conjunto de ações que dialogam com os principais gargalos da economia solidária, já identificados tanto pelos trabalhadores, que são os sujeitos desse processo, quanto pelas várias organizações e instituições que apóiam a organização dos mesmos. Estas ações, que estão intimamente ligadas entre si, durante a implementação do programa buscarão estabelecer sinergia com os diversos atores que atuam no campo da economia solidária e que compartilham de nossos objetivos.

Tendo presente o acima exposto e compreendendo que a Secretaria Nacional de Economia Solidária pode ter um papel importante na articulação das políticas públicas governamentais de economia solidária e, ao mesmo tempo, contribuir para a integração destas com as diversas ações que vêm sendo gestadas por iniciativa da sociedade civil, o Departamento de Fomento à Economia Solidária da SENAES elaborou o presente termo de referência, que propõe a constituição de uma rede de Centros Públicos de Economia Solidária.

Para que possamos tornar possível este projeto, que pretende ser um espaço de agregação das diversas iniciativas do campo da economia solidária, precisaremos contar com a participação de todos os atores envolvidos desde o início do processo. Por isso, esse documento pretende orientar as bases que fundamentam a construção dos Centros Públicos de Economia Solidária, mas este estará sempre aberto para adequar-se, após as devidas discussões, as diferentes realidades presentes no nosso país.

II - Justificativa

Ao longo das duas últimas décadas, temos visto no Brasil, dado o aumento acelerado dos níveis de desemprego, uma série de iniciativas e projetos que buscam promover a inclusão social de uma parcela significativa da população do nosso país.

¹ A SENAES vai elaborar e propor uma identidade visual comum a todos os centros.

Dentre estas se destaca a Economia Solidária² (ES), que tem promovido a organização de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que, de forma coletiva, passam a gerir o seu próprio trabalho e a lutar pela sua emancipação. Esta nova realidade do mundo do trabalho está contribuindo de forma significativa para o surgimento de novos atores sociais e também para construção de novos espaços institucionais. A promoção dessas iniciativas e projetos parte dos mais diversos atores, tais como: empreendimentos autogestionários, sindicatos, igrejas, organizações não-governamentais (ONGs), universidades, governos estaduais, governos municipais e outros.

É pelo fato de serem tão diversos os atores que promovem ações de fomento à economia solidária, que percebemos muitas vezes uma multiplicidade de iniciativas, que poderiam potencializar-se mutuamente, mas que permanecem desenvolvendo-se de forma desconectada. Não é difícil encontrarmos iniciativas voltadas para um mesmo setor produtivo ou para um mesmo território, que comungam dos mesmos objetivos, mas desenvolvem-se separadamente. Entendemos que esta dificuldade de integração, seja das organizações da sociedade civil ou mesmo das ações governamentais, ou de uma com as outras, em todos os níveis, deve ser enfrentada para que possamos superá-la, e com isso potencializar o conjunto das nossas iniciativas.

Uma de nossas contribuições para essa almejada integração de iniciativas, entendemos, pode ser a viabilização de espaços físicos, que aqui estamos chamando de Centros Públicos de Economia Solidária, onde possa ser alojado um conjunto de atividades, sejam elas de organizações de caráter governamental ou não governamental, que tenham por objetivo o fortalecimento e fomento da economia solidária. Além disso, acreditamos que estes espaços podem contribuir para a construção de uma maior identidade e visibilidade da economia solidária, tanto para dentro do próprio setor, quanto para fora, no conjunto da sociedade.

III - Objetivos

Este documento tem por objetivo orientar a concepção e implementação dos Centros Públicos de Economia Solidária, como instrumento de fortalecimento e visibilidade da economia solidária no Brasil. Estes terão os seguintes objetivos:

1. Abrigar nas suas dependências as várias iniciativas e projetos voltados ao fortalecimento da economia solidária, sejam elas governamentais ou não governamentais, promovendo a sua integração;
2. Apoiar projetos voltados à geração de trabalho e renda, por meio de iniciativas de economia solidária;
3. Promover ações voltadas ao desenvolvimento local;
4. Disponibilizar espaço físico e infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades que promovam a formação e organização de trabalhadores dos empreendimentos de economia solidária;
5. Disponibilizar espaço físico e infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades que promovam a comercialização e divulgação da produção dos empreendimentos de economia solidária;

² Existe ainda uma indefinição quanto aos conceitos e à terminologia em relação a este tema. Por isso, além da nomenclatura utilizada, poderemos encontrar: Economia Popular Solidária - EPS; Socioeconomia Solidária; Economia Social; Economia Popular; entre outros.

6. Disponibilizar espaço físico e infra-estrutura para a realização de reuniões, oficinas, seminários e outras atividades culturais que objetivem o desenvolvimento da economia solidária;
7. Disponibilizar espaço físico e infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades voltadas ao mapeamento e divulgação da economia solidária;
8. Abrigar nas suas dependências, onde houver, as Secretarias Executivas dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária, ou suas representações locais no interior do estado;

IV – Atores envolvidos na construção e desenvolvimento das atividades dos Centros Públicos de Economia Solidária:

Dados os objetivos elencados acima, os Centros Públicos de Economia Solidária devem ter o envolvimento e participação de todos os setores que compõem a diversidade da economia solidária no Brasil, tais como:

- ✓ Empreendimentos de economia solidária;
- ✓ Organismos de representação sindical que desenvolvam ações relacionadas com o tema;
- ✓ Universidades;
- ✓ Organizações não governamentais;
- ✓ Governos estaduais e municipais que desenvolvam ações direcionadas ao tema;
- ✓ Instituições de Microcrédito;
- ✓ Redes de empreendimentos de economia solidária;
- ✓ Centrais, Associações e outras instituições que tenham envolvimento com o tema;
- ✓ Fóruns estaduais, regionais e municipais de economia solidária;
- ✓ Outros fóruns e movimentos que tenham envolvimento com a economia solidária;
- ✓ Outros.

V – Gestão dos Centros Públicos de Economia Solidária:

Os Centros Públicos de Economia Solidária deverão ser gestados por um Conselho Geral de Gestão (CGG), que posteriormente deve estabelecer seu regimento interno, definir o papel dos seus membros e, se for o caso, constituir outras instâncias subordinadas a ele.

Atribuições:

- ✓ Decidir sobre o acolhimento de novos parceiros a agregarem-se aos Centros;
- ✓ Decidir sobre a ocupação e distribuição dos espaços dentro do Centro;
- ✓ Decidir sobre as atividades e eventos a serem realizados dentro do Centro;
- ✓ Discutir e definir o planejamento anual de atividade do Centro;
- ✓ Garantir o bom andamento das atividades desenvolvidas dentro do Centro;

Neste item, o próprio CGG deverá agregar novas atribuições às suas competências, dado que não seria adequado predeterminá-las de forma absoluta.

Composição:

A CGG deve representar a diversidade dos atores que compõem a economia solidária e deve garantir um mínimo de 60% de representação da sociedade civil. Na sua composição o CGG deve garantir a representação dos seguintes setores:

- ✓ Empreendimentos de economia solidária;
- ✓ Fóruns de economia solidária;
- ✓ Universidades;
- ✓ Organizações de apoio à economia solidária;
- ✓ Representações sindicais ligadas à economia solidária;
- ✓ Representações governamentais;
- ✓ Outros atores que se julguem necessários;

VI – Implementação:

Os Centros Públicos de Economia Solidária fazem parte de uma estratégia nacional do MTE/SENAES, que pretende promover um processo de integração de políticas de geração de trabalho e renda e combate à pobreza, que se dêem através do fomento à organização de iniciativas de economia solidária. Por isso, respeitando-se as especificidades e características locais, os Centros Públicos de Economia Solidária devem expressar uma identidade comum, que permita ao povo brasileiro identifica-los, de norte a sul, como uma ferramenta de promoção da luta contra as desigualdades sociais.

Os Centros serão implementados através de parcerias que envolvam os vários atores que compõe o campo da economia solidária no Brasil, visando assegurar a natureza pública desse espaço.